

# Funaro defende cesta básica e novo disparo do gatilho

Econ-Brasil

segunda-feira, 26/1/87 □ 1º caderno □ 17

São Paulo — Se depender apenas do ministro da Fazenda, Dílson Funaro, e de sua equipe, pelo menos três medidas para ajustar a economia já estão definidas: o realinhamento dos preços será feito gradualmente, setor por setor, produto por produto em alguns casos; o gatilho salarial, já disparado em dezembro, dispara outra vez em janeiro, se a inflação chegar a 11,2%; e haverá o tabelamento de uma cesta básica de produtos mais consumidos pelas classes de menor poder aquisitivo.

Elas foram anunciadas por Funaro, ontem à noite, em sua residência, no sofisticado bairro do Morumbi, onde passou o fim de semana reunido com alguns de seus principais assessores. Em relação a sábado, duas pessoas se integraram ao grupo: o diretor da Área de Mercado de Capitais do Banco Central, Luis Carlos Mendonça de Barros, e a economista Maria da Conceição Tavares, a primeira a deixar o local, demonstrando mais alegria do que nos últimos dias.

O próprio ministro também deixava transpirar satisfação, ao mostrar que algo poderá finalmente mudar na economia brasileira. "Até o final desta semana deveremos resolver a maior parte dos problemas", garantiu. A solução de parte deles será definida pelo próprio presidente José Sarney — como o novo salário mínimo — e por um difícil, mas ainda possível consenso, segundo o ministro, entre o governo, os trabalhadores e os empresários.

O realinhamento vai ser baseado numa "técnica de preços", o que afasta a fórmula de reajuste linear proposta pelos empresários. Aliás, na longa reunião do fim de semana, Funaro e seus assessores concentraram os trabalhos em analisar a evolução dos custos de produção dos mais diversos setores e produtos. E ao que parece, tem definido o percentual de reajuste para cada um.

Para o ministro, o patamar de 25% de aumento nos preços "é alto". No entanto, ele admite implicitamente que alguns poderão ter um reajuste muito próximo desse percentual. "Não vamos dar 25% para todo e qualquer produto que foi lançado no meio do ano (de 1986). Provavelmente, nestes casos os aumentos serão parcelados, com base na data do seu lançamento", disse.

Feito o realinhamento e disparado o gatilho salarial em dezembro e janeiro, já com o tabelamento da cesta básica e os mecanismos de controle do CIP em pleno vigor, o governo só terá uma coisa a fazer: torcer para que a inflação volte a ter tendência declinante, mesmo com a disposição da Fazenda de "não recongelar os preços".

"Esperamos que então, com uma trégua de 90 ou 120 dias, a inflação caia", insistiu Funaro, garantindo, em seguida, que "é falsa" a imagem de desgoverno difundida por alguns setores da sociedade brasileira. "Essa imagem não é boa para



Funaro saiu da reunião de ontem mais satisfeito

o país, nem para quem está no governo, nem para os brasileiros, pois ninguém gosta de um governo que não governa. Mas ela não é verdadeira, porque o presidente Sarney e seus ministros têm reuniões semanais e têm a situação sob absoluto controle".

Para reforçar essa posição, o governo não permitirá que as indústrias e o setor de serviços se beneficiem do realinhamento de preços. Ou seja, quem já aumentou seu preço acima do reajuste a ser definido nesta semana terá que rebatizá-lo, sob pena de sofrer novas investidas dos serviços de fiscalização.

Tudo será resolvido nas sucessivas reuniões durante esta semana, em Brasília, onde Funaro espera ver aparecer, enfim, um acordo entre governo, empresários e trabalhadores, sem o qual a trégua de 120 dias se tornará mais difícil, senão impossível.

O tabelamento da cesta básica, a ser apresentado como um benefício às famílias que ganham até cinco salários mínimos, deverá ser o principal trunfo do governo para convencer os trabalhadores a aceitar a trégua. Obviamente, o governo também vai tirar vantagens da medida, uma vez que o IPC — o índice oficial da inflação — é baseado na evolução dos preços dos produtos e serviços que a ocuparão. Se for baseada em poucos itens, o governo terá mais facilidade de controlá-la e dessa forma ganha o mando do índice.

Até mesmo uma nova lista da Sunab será em breve divulgada, daí a presença, nas duas reuniões na casa de Funaro, do secretário Especial de Abastecimento e Preços, José Carlos Braga, juntamente com o secretário do Tesouro, Andrea Calabi, o assessor econômico, João Manoel Cardoso de Mello, o assessor especial, Paulo Francini, do chefe da assessoria econômica do Ministério, Luiz Gonzaga Belluzzo, além de Maria da Conceição Tavares e Mendonça de Barros.

"A sociedade vai poder saber o quanto deve pagar por cada produto que consome". Avisou o ministro da Fazenda, ao anunciar a volta das tabelas.

Para os empresários cujos produtos não entrarem nas tabelas da Sunab, por não serem de primeira necessidade, sobrará um "rígido" controle do CIP. "O realinhamento será feito justamente para podermos voltar a controlar a inflação, pois isso ele não vai devolver totalmente as margens, mas eliminar as defasagens mais gritantes".

Segundo ele, o CIP tem pedidos de aumentos de 10% até 30%, mas a quem solicitou os percentuais mais altos, os técnicos do governo já avisaram que será impossível concedê-los. "Quem está pedindo muito é porque está prevendo inflação muito alta daqui para frente. Entretanto, há sinais de declínio, daí já ter havido queda nas taxas de juros de captação, de 480% para 330% nos últimos oito dias. Daí, também, não ser necessário tabelar os juros", garantiu.